



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 49/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10019/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Barcelos.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Senhor José Ribamar Fontes Beleza, Prefeito Municipal de Barcelos e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 550/2016 (fls. 8678/8684) e DICOP – Relatório Conclusivo nº 114/2016 (fls. 8570/8677).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3953/2016-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 8685/8688).

8- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o Voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997, recomendando ao Poder Legislativo do Município de Barcelos, a **DESAPROVAÇÃO** da Prestação de Contas, referente ao exercício de 2011, do Prefeito, Senhor **José Ribamar Fontes Beleza**, na qualidade de Agente Político, em razão das irregularidades listadas no Relatório/Voto.

10- Ata: 1ª Sessão Extraordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 12 de Agosto de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, em sessão), Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente, em sessão

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 49/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 49/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 10019/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Barcelos.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Senhor José Ribamar Fontes Beleza, Prefeito Municipal de Barcelos e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 550/2016 (fls. 8678/8684) e DICOP – Relatório Conclusivo nº 114/2016 (fls. 8570/8677).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3953/2016-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 8685/8688).

8- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2011.

Alcance. Prazos. Glosa. Contas Irregulares. Multa. Recomendação ao Ministério Público. Determinações à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do Voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Considerar EM ALCANCE, na importância de R\$ **1.106.042,41** (um milhão, cento e seis mil, quarenta e dois reais e quarenta e um centavos), nos termos do artigo 304, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE, o Senhor **José Ribamar Fontes Beleza**, Prefeito Municipal de Barcelos e Ordenador de Despesas, à época, em razão da divergência entre o valor lançado no Balanço Geral e o apurado nos Extratos Bancários, referentes ao Saldo para o Exercício Seguinte, listados no item nº. 25 do Relatório/Voto;

9.2- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que recolha o valor do débito aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, **determinar ao Chefe do Poder Executivo** daquele município que proceda a inscrição na **Dívida Ativa do Município** e a imediata **Cobrança Judicial**, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.3- GLOSAR, o montante de R\$ **3.068.352,30** (três milhões, sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), com devolução aos cofres públicos, corrigidos nos moldes do artigo 305, §1º, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, as importâncias discriminadas abaixo:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 49/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

9.3.1- R\$ 210.743,45 (duzentos e dez mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e cinco centavos), referente à divergência entre o informado como gasto com o magistério do FUNDEB, sendo registrado na prestação de contas o montante de R\$ **3.567.589,64** (três milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) e o apurado in loco pela Comissão de Inspeção e conferido pelo Secretário de Finanças, conforme o Termo de Inspeção, o total de R\$ **3.356.846,19** (três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e dezenove centavos);

9.3.2- R\$ 2.411.057,20 (dois milhões, quatrocentos e onze mil, cinquenta e sete reais e vinte centavos), referente à ausência de comprovação de gastos na Saúde, registrado no Anexo II – Despesa com a Manutenção e Desenvolvimento as Saúde;

9.3.3- R\$ 80.575,73 (oitenta mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e três centavos), referente à diferença registrada a maior à Conta Ativo Permanente – Bens Móveis. No Balanço Patrimonial – Anexo 14, à fl. 66, foi registrado em Bens Móveis – R\$ **394.532,15** (trezentos e noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e dois reais e quinze centavos) e o total registrado no Balanço Patrimonial de 2010 com a Relação de Bens Móveis adquiridos no exercício de 2011 somam apenas R\$ **313.956,42** (trezentos e treze mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e dois centavos);

9.3.4- R\$ 275.478,30 (duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta centavos), referente a despesas efetuadas sem o devido empenho;

9.3.5- R\$ 7.753,19 (sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos), referente ao valor não identificado pela DICOP, na Carta Convite nº. 80/2011;

9.3.6- R\$ 26.666,73 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e três centavos), referente ao valor não identificado pela DICOP, na Carta Convite nº. 97/2011;

9.3.7- R\$ 13.748,20 (treze mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), referente ao valor não identificado pela DICOP, na Carta Convite nº. 79/2011;

9.3.8- R\$ 24.443,25 (vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos), referente ao valor não identificado pela DICOP, na Carta Convite nº. 161/2011;

9.3.9- R\$ 10.183,53 (dez mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos), referente ao valor não identificado pela DICOP, na Carta Convite nº. 89/2011;

9.3.10- R\$ 7.703,02 (sete mil, setecentos e três reais e dois centavos), referente ao valor não identificado pela DICOP, na Carta Convite nº. 77/2011;

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o responsável recolha o valor do débito aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, inciso III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 49/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

Resolução nº 04/2002-RITCE). Expirado o prazo estabelecido, o referido valor deverá ser inscrito na **Dívida Ativa** do Município, seguida de imediata **Cobrança Judicial** cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.5- Julgar IRREGULAR, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, a Prestação de Contas do Prefeito do Município de Barcelos, referente ao exercício de 2011, de responsabilidade do Senhor **José Ribamar Fontes Beleza**, Prefeito Municipal de Barcelos e Ordenador de Despesas, à época, em razão das impropriedades listadas neste voto, que devem ser partes integrantes da Decisão;

9.6- Multar, no montante de R\$ **8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), o Senhor **José Ribamar Fontes Beleza**, Prefeito Municipal de Barcelos e Ordenador de Despesas, à época, na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI, da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 308, inciso VI, do RITCE, inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº. 25/2012, pelo cometimento das impropriedades listadas no Relatório/Voto nos itens de nºs. 01 a 33;

9.7- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do Regimento Interno) para que o Senhor **José Ribamar Fontes Beleza**, Prefeito Municipal de Barcelos e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE;

9.8- RECOMENDAR ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas que, se for o caso, represente junto ao Ministério Público Estadual os ilícitos cometidos pelo Senhor **José Ribamar Fontes Beleza**, Prefeito Municipal de Barcelos e Ordenador de Despesas, à época, encaminhando cópias autenticadas dos autos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, tudo nos termos do artigo 129, da CR/1988, c/c os artigos 114, inciso III, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 54, inciso XII, da Resolução nº 04/2002-RITCE;

9.9- DETERMINAR à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.9.1- Encaminhe à atual Administração daquele Município, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção, pela Diretoria de Obras Públicas e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

9.9.2- Notifique o Senhor **José Ribamar Fontes Beleza**, Prefeito Municipal de Barcelos e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

9.9.3- Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, **adote** as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 49/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

10- Ata: 1ª Sessão Extraordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 12 de Agosto de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, em sessão), Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral